



PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO

Agrupamento de Escolas José Relvas - Alpiarça
2014-2017

Conteúdo

Índice.....	2
Nota Introdutória.....	6
I. Fundamentação.....	8
1.1 Prioridades.....	8
1.2 Visão.....	9
1.2.1 Vetores estratégicos:.....	10
II. Organização e Funcionamento.....	12
2.1 Horário de Funcionamento das Escolas do Agrupamento.....	12
2.2 Escola Sede – E.B. 2,3/S de José Relvas.....	12
2.3 Escolas do 1º Ciclo.....	12
2.4 Escolas do Ensino Pré-escolar.....	12
III Construção Curricular.....	15
3.1 Organização dos departamentos curriculares.....	15
3.2 Desenho curricular.....	16
3.2.1 Primeiro Ciclo.....	16
3.2.2 Segundo Ciclo.....	16
3.2.3 Terceiro Ciclo.....	17
3.2.4 Curso Vocacional – 3ºCiclo (Turismo, Agricultura e Desporto – áreas em expansão).....	18
3.2.4.1 Carga horária.....	18
3.2.4.2 Conteúdos de cada disciplina.....	19
3.2.5 Ensino Secundário.....	28
3.2.5.1 Oferta formativa.....	28
3.2.5.1.1 Cursos Científico – Humanísticos.....	28
3.2.5.1.2 Curso Profissional.....	29
3.2.5.2 Disciplinas com Reforço Educativo no Ensino Secundário.....	30
3.3 Objetivos Gerais da Educação Pré – Escolar.....	31
3.4 Ensino Básico e secundário.....	32
3.4.1 Princípios e valores orientadores do currículo.....	32
3.4.2 Estratégias de desenvolvimento do currículo.....	33
3.5 Atividades de Enriquecimento Curricular.....	34
3.5.1 Objetivos das A.E.C.	34
3.5.2 Atividades de referências A.E.C.	35
3.5.3 Carga horária das A.E.C.	35
3.5.4 Calendário.....	36
3.5.5 Horário.....	36
3.5.6 Local de funcionamento.....	36
3.6 Transdisciplinaridade do Português.....	36
3.6.1 Critérios de apreciação formal – sugestão de correção.....	38
3.7 Áreas Disciplinares.....	39
3.7.1 Orientações para a planificação das Áreas Disciplinares.....	39
3.7.2 Metas das Áreas Disciplinares.....	39
3.8 Apoio ao Estudo.....	39

3.9 Área Complementar	41
3.9.1 Cidadania e Desenvolvimento Pessoal.....	41
3.9.1.1 Objetivos Gerais	41
3.9.1.2 Planificação anual	42
3.9.1.3 Avaliação	42
3.10 Plano de trabalho da turma	43
3.10.1 Orientações para o Plano de Trabalho.....	43
3.10.2 Estrutura do Plano de trabalho	44
3.10.2.1 Estrutura do Plano de Trabalho do Pré-escolar	44
3.10.2.2 Estrutura do Plano de Trabalho dos 1º, 2º e 3º Ciclos.....	44
3.11 Opções metodológicas do Agrupamento	45
3.12 Educação Especial/Apoio Educativo	46
3.13 Línguas Estrangeiras	49
3.14 Ensino Específico de Português Língua Não Materna (PLNM)	49
3.15 Plano de Formação	50
3.16 Gabinete de Apoio ao Aluno	51
3.16.1 Projeto de Intervenção Primária em Contexto Escolar (IPCE)	51
3.16.2 Projeto de Mentoria “Uma Mão para a Solução”	51
3.16.3 Projeto “Conversas com Pais”	52
3.16.4 Projeto “Toca a Estudar”	52
IV. Avaliação dos Alunos	54
4.1 Pré-escolar.....	54
4.2 Ensinos Básico e Ensino secundário.....	55
4.2.1 Objeto.....	55
4.2.2 Princípios	56
4.2.3 Intervenientes	56
4.3 Critérios de avaliação.....	57
4.3.1 Primeiro ciclo.....	58
4.3.2 Segundo e terceiro ciclos.....	59
4.3.3 Curso vocacional – 3º ciclo - Turismo, Agricultura e Desporto – áreas em expansão	61
4.3.4 Ensino Secundário	62
4.3.5 Curso Profissional	63
4.4 Modalidades de avaliação	64
4.4.1 Ensino básico	64
4.4.1.1 Avaliação diagnóstica.....	64
4.4.1.2 Avaliação formativa.....	64
4.4.1.3 Avaliação sumativa	66
4.4.2 Ensino Secundário	68
4.4.2.2. Avaliação formativa	68
4.4.2.3 Avaliação sumativa	69
4.5 Critérios de progressão/retenção	70
4.5.1 Critérios de progressão/retenção – 1º Ciclo	70
4.5.2 Critérios de progressão/retenção – 2º Ciclo	71
4.5.3 Critérios de progressão/retenção – 3º Ciclo	72
4.6 Critérios de aprovação, transição e progressão – Ensino Secundário	73
4.7 Reapreciação dos resultados da avaliação.....	73
V. Avaliação do Projeto.....	75
5.1 Explicitação dos mecanismos de avaliação/ verificação/ controlo	75
VI. Nota Conclusiva	78

Bibliografia	80
Anexos	82
Anexo 1 - Metas das Áreas Disciplinares	82
Anexo 2 - Finalidades do Ensino Secundário	82

Nota Introdutória

Nota Introdutória

O Projeto Curricular de uma Escola surge associado à ideia de que o ensino necessita de ser percecionado numa conceção de projeto, visto ser algo profundamente dinâmico, que permite apropriações e adequações às diferentes realidades.

É um instrumento de gestão pedagógica da Escola, gerador de intervenção para uma melhor qualidade. Deverá fomentar uma cultura de reflexão e de articulação de processos de ensinar e de fazer aprender, bem como o trabalho cooperativo entre professores e outros elementos da comunidade educativa.

O Plano de Estudos e de Desenvolvimento do Currículo pretende possibilitar uma maior flexibilidade na organização das atividades letivas, passando por medidas como “ (...) um aumento da autonomia das escolas na gestão do currículo, por uma maior liberdade de escolha das ofertas formativas, pela atualização da estrutura do currículo, nomeadamente através da redução da dispersão curricular, e por um acompanhamento mais eficaz dos alunos, através de uma melhoria da avaliação e da deteção atempada de dificuldades” (Decreto-lei nº139/2012, de 5 de julho). Desta forma, este Plano constitui-se como um instrumento de gestão pedagógica que permite a concretização do Projeto Educativo e, através dele, se orienta a ação educativa do Agrupamento procurando a formação de jovens educados, bem informados, críticos, responsáveis e intervenientes. *Del Carmen* e *A. Zabala* definem-no como “um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa docente de uma Escola, tendentes a dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didática adequadas a um contexto específico”.

Tendo em atenção estes pressupostos e partindo da análise do nosso Projeto Educativo e da identidade que nos caracteriza, elaborámos o presente Projeto Curricular, que desejamos, seja o pilar da construção de aprendizagens que integram o currículo apropriado à comunidade educativa do nosso Agrupamento.

O presente documento teve em atenção as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 10 874/2012, de 10 de agosto, que define as Metas Curriculares para as diversas disciplinas do ensino básico (Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação Visual e Educação Tecnológica), pelo Despacho n.º 15 971/2012, de 14 de dezembro, que define o respetivo calendário de implementação.

Fundamentação

I. Fundamentação

1.1 Prioridades

De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho a organização e a gestão do currículo dos ensinos básico e secundário subordinam -se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário e articulação entre as formações de nível secundário com o ensino superior e com o mundo do trabalho;
- b) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades essenciais para cada ciclo e nível de ensino, bem como as exigências decorrentes das estratégias de desenvolvimento do país;
- c) Promoção da melhoria da qualidade do ensino;
- d) Redução da dispersão curricular e do reforço da carga horária nas disciplinas fundamentais;
- e) Reforço da autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo e uma maior liberdade de escolha de ofertas formativas, no sentido da definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado às características próprias e integrado no respetivo projeto educativo;
- f) Flexibilidade da duração das aulas;
- g) Eficiência na distribuição das atividades letivas e na racionalização da carga horária letiva semanal dos alunos;
- h) Flexibilidade na construção dos percursos formativos, adequada aos diferentes ciclos e níveis de ensino;
- i) Garantia da reorientação do percurso escolar dos alunos nos ciclos e níveis de ensino em que existam diversas ofertas formativas;
- j) Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- k) Articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- l) Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa no ensino básico;
- m) Reforço do carácter transversal da educação para a cidadania, estabelecendo conteúdos e orientações programáticas, mas não a autonomizando como disciplina de oferta obrigatória;

- n) Valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
- o) Utilização das tecnologias de informação e comunicação nas diversas componentes curriculares;
- p) Enriquecimento da aprendizagem, através da oferta de atividades culturais diversas e de disciplinas, de carácter facultativo em função do projeto educativo de escola, possibilitando aos alunos diversificação e alargamento da sua formação, no respeito pela autonomia de cada escola.

Retomando os objetivos definidos pelo Projeto Educativo do Agrupamento (PEA), o Plano de Estudos e de Desenvolvimento do Currículo estabelece as prioridades da Escola, as competências essenciais e transversais a desenvolver, bem como os conteúdos que serão trabalhados anualmente em cada área curricular.

Como forma de garantir uma visão global das finalidades hierarquizadas do PEA e, simultaneamente, uma construção inter/transdisciplinar e integrada dos saberes, consideram-se, para este plano, as seguintes prioridades de ação:

- a) Melhorar os resultados escolares;
- b) Valorizar o saber, contando com o contributo de todos: Escola, Família, parceiros institucionais e comunidade local.
- c) Dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades;
- d) Integrar-se ativamente na sociedade;
- e) Dar um contributo para a vida económica, social e cultural, da região e do País.

A partir destes eixos transversais foram definidas as seguintes linhas orientadoras do Agrupamento: **Instruir, Sociabilizar, Qualificar**. São estas as referências que orientam a atividade e compromisso de todos os elementos da comunidade educativa.

A consecução desta missão exige que se adotem os seguintes princípios e valores: **Democraticidade; Respeito; Trabalho; Responsabilidade; Espírito crítico; Justiça; Igualdade de oportunidades; Excelência; Rigor e qualidade; Humanismo; Cooperação; Autonomia; Participação; Inovação; Criatividade; Empreendedorismo**.

1.2 Visão

A Visão para o nosso Agrupamento assenta em:

- a) Promover o sucesso educativo, através da melhoria dos resultados escolares;
- b) Contribuir para a formação integral dos alunos;
- c) Integrar todos os alunos, continuando a ser uma verdadeira escola inclusiva;

- d) Ser um espaço de felicidade e de realização pessoal e profissional;
- e) Ser uma referência no contexto das instituições educativas;
- f) Ser um Agrupamento com identidade, capaz de solucionar os seus próprios problemas.

1.2.1 Vetores estratégicos:

- a) Pré-Escolar e 1º Ciclo como ciclos vitais para uma escolaridade com sucesso;
- b) Cumplicidade relacional entre a Escola e a Família;
- c) Envolvimento de toda a comunidade no processo educativo;
- d) Espírito de equipa;
- e) Qualidade no processo de ensino-aprendizagem;
- f) Qualidade nas relações humanas que se estabelecem entre todos;
- g) Ênfase no sucesso individual de cada aluno;
- h) Valorização das aptidões vocacionais;
- i) Formação contínua do Pessoal Docente e Não-Docente;
- j) Instalações e recursos de qualidade;
- k) Avaliação sistemática das práticas letivas;
- l) Autoavaliação sistemática do Agrupamento.

Organização e Funcionamento

II. Organização e Funcionamento

2.1 Horário de Funcionamento das Escolas do Agrupamento

As escolas iniciarão e terminarão as atividades letivas nos prazos previstos na legislação vigente, salvo situações excecionais.

2.2 Escola Sede – E.B. 2,3/S de José Relvas

As aulas funcionam em regime diurno, com o período da manhã (entre as 08:20h e 13:20h) e o período da tarde (entre as 13:35h e 18:30h).

A duração das aulas é de 45, 90 ou 135 minutos, dependendo da carga horária de cada disciplina.

Entre cada aula, no regime diurno, haverá um intervalo de 10 minutos, exceto o primeiro intervalo da manhã e o primeiro da tarde, que são de 20 minutos e os últimos intervalos da manhã e da tarde, que são de 5 minutos.

2.3 Escolas do 1º Ciclo

Os horários das EB1 pertencentes ao Agrupamento são definidos de acordo com o disposto na legislação em vigor, sendo o seguinte:

Escola EB1 / JI de Alpiarça/ Escola EB1 Professor Abel Avelino/ Escola EB1 do Frade de Baixo

Período da manhã: 9:00h às 12:30h

Período da tarde: 14:00h às 17:30h

2.4 Escolas do Ensino Pré-escolar

Os horários dos Jardins de Infância pertencentes ao Agrupamento são definidos de acordo com os Decretos-lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro e n.º 147/97, de 11 de Junho, sendo o seguinte:

Período da manhã: 09:00h às 12:00h

Período da tarde: 13:30h às 15:30h

Durante os períodos da manhã e da tarde o docente gere, consoante as atividades desenvolvidas, o tempo de acompanhamento das crianças entre o espaço/Sala de Atividades, Sala Polivalente e espaços exteriores (recreio) ou visitas ao exterior/comunidade.

Estes horários podem ainda ser alargados, desde que exista Atividades de Animação e Apoio às Famílias, de acordo com o Despacho 9265B/13, de 15 de julho.

Construção Curricular

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

III Construção Curricular

3.1 Organização dos departamentos curriculares

Departamento	Grupos Disciplinares
Educação Pré-Escolar	Educadoras de Infância
1º Ciclo	Docentes do 1º Ciclo
Línguas	Português Inglês Francês Espanhol
Ciências Exatas e Experimentais	Matemática Ciências Naturais Físico-Química
Ciências Sociais e Humanas	História Geografia Filosofia/Psicologia/EMRC
Expressões	Educação Artística Educação Física Educação Especial Informática

3.2 Desenho curricular

3.2.1 Primeiro Ciclo

1º Ciclo	
	Horas
Português (incluindo uma hora diária para a leitura)	7:30h
Matemática	7:30h
Estudo do Meio	4h
Apoio ao Estudo	1:30h
Oferta Complementar	1h
Expressões Artísticas e Físico Motora	3h

3.2.2 Segundo Ciclo

2º Ciclo		
Disciplinas/ Áreas não disciplinares	5º ano	6º ano
Português	90+90+90 (6h)	90+90 +90(6h)
HGP	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Inglês	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Matemática	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
C. Naturais	90+45 (3h)	90+45 (3h)
EV	90	90
ET	90	90
E. Musical	90	90
E. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)
EMRC	45 (1h)	45 (1h)
Área Complementar- Cidadania e Desenvolvimento Pessoal	45	45
TOTAL 1	33h¹	33h¹

¹Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

Nota: Apoio ao Estudo, de acordo com o Decreto- Lei nº 139/2012, de 4 de julho, secção II. Artigo 13º, ponto 2.

3.2.3 Terceiro Ciclo

3º Ciclo			
Disciplinas/ Áreas não disciplinares	7º ano	8º ano	9º ano
Português	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)
Inglês	90+45 (3h)	45+45 (2h)	90+45 (3h)
Francês	90+45 (3h)	90+45 (3h)	45+45 (2h)
Espanhol	90+45 (3h)	90+45 (3h)	45+45 (2h)
História	90+45 (3h)	90 (2h)	90 (2h)
Geografia	90(2h)	90+45 (3h)	90 + 45 (3h)
Matemática	90+90 +45(5h)	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)
Ciências Físico-Químicas	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Ciências Naturais	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Ed. Visual	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h) ¹
Ed. Musical ³	90 (2h)	90 (2h)	-
Ed. Tecnológica ³	90 (2h) ³	90 (2h) ³	-
T.I.C.	90 (2h) ³	90 (2h) ³	-
Ed. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Área Complementar- Cidadania e Desenvolvimento Pessoal	45	45	45
EMRC	45 (1h)	45 (1h)	45 (1h)
TOTAL 1	34h²	34h²	35h²

¹Disciplina facultativa.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

³Disciplinas semestrais.

3.2.4 Curso Vocacional - 3ºCiclo (Turismo, Agricultura e Desporto - áreas em expansão)

3.2.4.1 Carga horária

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL 1ºANO
PORTUGUÊS	90+90+45 (5h)
INGLÊS (NÍVEL 5)	90+45 (3h)
ESPAÑHOL (NÍVEL 5)	90+45 (3h)
HISTÓRIA	90 (2h)
GEOGRAFIA	90 (2h)
MATEMÁTICA	90+90+45 (5h)
FÍSICO-QUÍMICA	45+45 (2h)
CIÊNCIAS NATURAIS	45+45 (2h)
ED. FÍSICA	90+45 (3h)
TURISMO	90+90+45 (5h)
AGRICULTURA	90+90+45 (5h)
DESPORTO	90+90+45 (5h)
TOTAL	39h

3.2.4.2 Conteúdos de cada disciplina

Componente geral - 1º ano

PORTUGUÊS			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
0	Antes de Começar	8	11
1	Textos Utilitários	40	53
2	Textos Narrativos	28	37
3	Textos Poéticos	15	20
4	Textos Dramáticos	19	25
TOTAL		110	147

INGLÊS ^{a)}			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min.)
P1	Tempos Livres e Viagens	10	13
P2	Entretenimento - Artes, música e cinema	17	24
P3	Desporto	10	13
P4	Família, amigos e vida social	10	13
P5	Saúde e alimentação	10	13
P6	Agricultura biológica	8	11
TOTAL		65	87

a) Consoante o nível em que o aluno se encontrar.

ESPANHOL a)			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min.)
E1	Tempos Livres e Viagens	10	13
E2	Entretenimento - Artes, música e cinema	17	24
E3	Desporto	10	13
E4	Família, amigos e vida social	10	13
E5	Saúde e alimentação	10	13
E6	Agricultura biológica	8	11
TOTAL		65	87

a) Consoante o nível em que o aluno se encontre.

Componente complementar - 1º ano

CIÊNCIAS NATURAIS			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min.)
Módulo 1	Sistemas digestivo e excretor	15	20
Módulo 2	Sistema cardiorrespiratório	15	20
Módulo 3	Sistema reprodutor	15	20
TOTAL		45	60

GEOGRAFIA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos Semanais (45 min.)
G1	Posição geográfica de Portugal	10	14
G2	População e sistema urbano português	20	26
G3	Migrações	15	20
TOTAL		45	60

MATEMÁTICA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos Semanais (45 min.)
M1	Números e Operações	22	29
M2	Equações	16	21
M3	Organização e Tratamento de Dados	20	27
M4	Sequências e Funções	26	35
M5	Do Plano ao Espaço	26	35
TOTAL		110	147

FÍSICO-QUÍMICA			
Módulo	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min.)
1	Sistema Solar	5	7
2	A Terra, a Lua e forças gravíticas	10	13
3	Substâncias e misturas	15	20
4	Transformações físicas e químicas	10	13
5	Propriedades físicas e químicas dos materiais	5	7
TOTAL		45	60

HISTÓRIA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
1	A Civilização Egípcia: • Condições naturais e agricultura • Herança cultural (Arte Egípcia) e turismo	15	20
2	A Grécia Antiga • Condições naturais e agricultura • A cultura grega: religião e práticas desportivas • Herança cultural e turismo	15	20
3	Desenvolvimento económico, relações sociais e cultura (séculos XII-XIV) • Inovações nas práticas e técnicas agrícolas • A sociedade senhorial - (funções e ocupação dos tempos livres) • Herança cultural (Arte Românica e Arte Gótica) e turismo.	15	20
TOTAL		45	60

EDUCAÇÃO FÍSICA			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
1	Jogos Desportivos coletivos	23	31
2	Atletismo	16	22
3	Dança	13	18
4	Raquetes	13	18
TOTAL		65	87

Componente de formação vocacional - 1º ano

TURISMO			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
1	Turismo: evolução, conceitos e classificações	30	41
2	Diversidade climática das regiões portuguesas	30	41
3	Regiões turísticas portuguesas	20	26
4	Procura e oferta turística	20	26
5	Fluxos turísticos na Europa e no Mundo	20	26
TOTAL		120	160

AGRICULTURA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min)
4	O Homem e o ambiente	30	41
5	Agricultura e desenvolvimento sustentável	28	38
6	Diversidade agrária regional	20	26
7	Valorização do espaço rural e empreendedorismo	30	41
8	A agricultura no contexto da União Europeia	12	14
TOTAL		120	160

DESPORTO			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
6	Andebol	24	32
7	Atletismo	24	32
8	Desportos de Raquetes	24	32
9	Futebol	24	32
10	Desportos de Exploração da Natureza	24	32
TOTAL		120	160

Componente de formação geral - 2º ano

PORTUGUÊS			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
0	Antes de Começar	8	11
1	Textos Utilitários	40	53
2	Textos Narrativos	28	37
3	Textos Poéticos	15	20
4	Textos Dramáticos	19	25
TOTAL		110	147

ESPANHOL a)			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min)
7	Vida cultural	10	13
8	Capitais	17	24
9	O Mundo do Trabalho	10	13
10	CV e entrevistas	10	13
11	Novas Tecnologias	10	13
12	Mass media	8	11
TOTAL		65	87

INGLÊS a)			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Semanais (45 min.)
7	Vida Cultural	10	13
8	Capitais	17	24
9	Mundo do trabalho	10	13
10	CV e entrevistas	10	13
11	Novas tecnologias	10	13
12	Mass Média	8	11
TOTAL		65	87

CIÊNCIAS NATURAIS			
Módulo	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
4	Ecossistemas - Interações entre seres vivos	15	20
5	Interações seres vivos/Ambiente	15	20
6	Agricultura biológica vs Agricultura intensiva	15	20
TOTAL		45	60

Componente de formação complementar - 2º ano

GEOGRAFIA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
4	Atividades económicas	20	26
5	Redes e modos de transporte e telecomunicações	15	20
6	Desigualdades de desenvolvimento	10	14
TOTAL		45	60

MATEMÁTICA			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos Letivos (45 min)
6	Funções e Gráficos	28	37
7	Triângulo Retângulo	28	37
8	Geometria do Círculo	26	35
9	Aproximações e Inequações	28	37
TOTAL		110	146

FÍSICO-QUÍMICA			
Módulo	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
6	Energia	10	13
7	Explicação e representação de reações químicas	15	20
8	Tipos de reações químicas	15	20
9	Velocidade das reações químicas	5	7
TOTAL		45	60

HISTÓRIA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
4	O Renascimento e a formação da mentalidade Moderna • Focos de difusão cultural • Herança cultural (Arte Renascentista e o Estilo Manuelino) e turismo	15	20
5	O Antigo Regime • O peso da agricultura • Herança cultural (Arte e Mentalidade Barrocas) e turismo	15	20
6	A Revolução Agrícola e a Revolução Industrial • Inovações agrícolas • Herança cultural (Arquitetura do ferro) e turismo	15	20
TOTAL		45	60

EDUCAÇÃO FÍSICA			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
5	Jogos Desportivos coletivos	23	31
6	Ginástica	16	22
7	Natação	13	18
8	Canoagem	13	18
TOTAL		65	87

Componente de formação vocacional - 2º ano

TURISMO			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 min.)
6	Comunicação e formas de interação em turismo	27	37
7	Culturas, etnias e diversidades	20	26
8	Técnicas de divulgação de produtos/serviços turísticos	20	26
9	Itinerários e circuitos turísticos	28	38
10	Qualidade do serviço turístico e impactos do turismo	25	33
TOTAL		120	160

AGRICULTURA			
Módulos	Designação	Horas anuais	Tempos semanais (45 minutos)
4	O Homem e o ambiente	30	41
5	Agricultura e desenvolvimento sustentável	28	38
6	Diversidade agrária regional	20	26
7	Valorização do espaço rural e empreendedorismo	30	41
8	A agricultura no contexto da União Europeia	12	14
TOTAL		120	160

DESPORTO			
Módulos	Designação	Horas Anuais	Tempos semanais (45 min.)
6	Andebol	24	32
7	Atletismo	24	32
8	Desportos de Raquetes	24	32
9	Futebol	24	32
10	Desportos de Exploração da Natureza	24	32
TOTAL		120	160

3.2.5 Ensino Secundário

3.2.5.1 Oferta formativa

O ensino secundário visa proporcionar formação e aprendizagens diversificadas e compreende:

- a) Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- b) Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

3.2.5.1.1 Cursos Científico - Humanísticos

Curso Científico - Humanístico Ciências e Tecnologias			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 +45 (5h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Matemática A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Física e Química A	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia e Geologia	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia ¹	-	-	90+90 (4h)
Física ¹	-	-	90+90 (4h)
Química ¹	-	-	90+90 (4h)
Psicologia B ¹	-	-	90+90 (4h)
EMRC	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
TOTAL 2	36h²	36h²	23h²

¹A escolher duas disciplinas.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

Curso Científico - Humanístico Línguas e Humanidades			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90+45 (5h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
História A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Geografia A ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Espanhol ¹	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Francês ¹	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Matemática Aplicada às Ciências Sociais ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Psicologia B ²	-	-	90+90 (4h)
Geografia C ²	-	-	90+90 (4h)
Espanhol ²	-	-	90+90 (4h)
Francês ²	-	-	90+90 (4h)
EMRC	90(2h)	90(2h)	90(2h)
TOTAL 3	34h ou 35h³	34h ou 35h³	23h³

¹A escolher **duas** disciplinas.

²A escolher **duas** disciplinas, sendo **uma** obrigatoriamente do grupo de disciplinas de opção do 11º ano.

³Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

3.2.5.1.2 Curso Profissional

Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90+90 (6h)	90+90+45 (5h)	90+45 (3h)
Língua Estrangeira	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Área de Integração	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
TIC	90 (2h)	90 (2h)	-
Educação Física	90 (2h)	90(2h)	90 (2h)
Matemática	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Física e Química	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-

Sistemas Operativos	90(2h)	90 (2h)	90 (2h)
Arquitetura de Computadores	90+90 (4h)	90 (2h)	-
Redes de Comunicação	90+90 (4h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Programação e Sistemas de Informação	90+90+90+90 (8h)	90+90+90+90 (8h)	90+90+90+90 (8h)
Formação em contexto de Trabalho	-	145h	455h
TOTAL¹	44h	40h	26h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

Curso Profissional Técnico de Apoio à Gestão Desportiva			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90+90 (6h)	90+90+45 (5h)	90+45 (3h)
Língua Estrangeira	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Área de Integração	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
TIC	90 (2h)	90 (2h)	-
Educação Física	90 (2h)	90(2h)	90 (2h)
Matemática	90 (2h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Psicologia	90 (2h)	90+90 (4h)	90(2h)
Estudo do Movimento	90+90 (4h)	----	----
Práticas de Atividades Físicas e Desportivas	90+90+90 (6h)	90+90 (4h)	90+45 (3h)
Organização e Gestão do Desporto	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Gestão de Programas e Projetos do Desporto	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+45 (3h)
Gestão de Instalações Desportivas	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Formação em contexto de Trabalho	-	145h	455h
TOTAL¹	44h	45h	29h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

3.2.5.2 Disciplinas com Reforço Educativo no Ensino Secundário

De acordo com a decisão do Conselho Pedagógico, o Agrupamento facultará Aulas de Reforço Educativo, no ensino secundário, às disciplinas sujeitas a exame nacional, exceto a Francês (11º ano). Estas aulas têm como objetivo uma melhor preparação para a realização dos exames nacionais e, consequentemente, promover o sucesso escolar dos alunos.

Curso Ciências e Tecnologias		
Anos	Disciplinas	Carga horária
11º	Biologia e Geologia Física e Química A Filosofia	90 (2h)
		90 (2h)
		90 (2h)
		90 (2h)
12º	Português Matemática A	90 (2h)
		90 (2h)

Curso Línguas e Humanidades		
Anos	Disciplinas	Carga horária
11º	Geografia A Filosofia Espanhol	90 (2h)
		90 (2h)
12º	Português História A	90 (2h)
		90 (2h)

3.3 Objetivos Gerais da Educação Pré – Escolar

ÁREA DA FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

Proporcionar, de uma forma transversal e integradora, aprendizagens essenciais para que cada criança possa continuar a aprender ao longo da vida, "tendo em vista a plena inserção na sociedade como ser autónomo livre e solidário".

ÁREA DO CONHECIMENTO DO MUNDO

Iniciar as aprendizagens nas diferentes ciências naturais e humanas, no sentido de desenvolver competências essenciais para a estruturação de um pensamento científico cada vez mais elaborado, que permita à criança compreender, interpretar, orientar-se e integrar-se no mundo que a rodeia.

ÁREA DA EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO

Proporcionar à criança aprendizagens nas diversas áreas de expressão, nomeadamente: motora, dramática, plástica e musical, para que esta se aproprie de linguagens elementares das artes; desenvolva capacidade de expressão e comunicação e desenvolva a criatividade.

Nesta área pretende-se também desenvolver competências ao nível:

- da linguagem oral e abordagem à escrita.

- da matemática
- das novas tecnologias.

3.4 Ensino Básico e secundário

3.4.1 Princípios e valores orientadores do currículo

A organização e a gestão do currículo do ensino básico e secundário subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário e articulação entre as formações de nível secundário com o ensino superior e com o mundo do trabalho;
- b) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades essenciais para cada ciclo e nível de ensino, bem como as exigências decorrentes das estratégias de desenvolvimento do País;
- c) Promoção da melhoria da qualidade do ensino;
- d) Redução da dispersão curricular e do reforço da carga horária nas disciplinas fundamentais;
- e) Reforço da autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo e uma maior liberdade de escolha de ofertas formativas, no sentido da definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado às características próprias e integrado no respetivo projeto educativo;
- f) Flexibilidade da duração das aulas;
- g) Eficiência na distribuição das atividades letivas e na racionalização da carga horária letiva semanal dos alunos;
- h) Flexibilidade na construção dos percursos formativos, adequada aos diferentes ciclos e níveis de ensino;
- i) Garantia da reorientação do percurso escolar dos alunos nos ciclos e níveis de ensino em que existam diversas ofertas formativas;
- j) Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;

- k) Articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- l) Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa no ensino básico;
- m) Valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
- n) Utilização das tecnologias de informação e comunicação nas diversas componentes curriculares;
- o) Enriquecimento da aprendizagem, através da oferta de atividades culturais diversas e de disciplinas, de carácter facultativo em função do projeto educativo de escola, possibilitando aos alunos diversificação e alargamento da sua formação, no respeito pela autonomia de cada escola.

3.4.2 Estratégias de desenvolvimento do currículo

Nos ensinos básico e secundário, entende-se por currículo nacional o conjunto das aprendizagens a desenvolver de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O currículo nacional concretiza-se em planos de estudo elaborados com base nas matrizes curriculares anexas ao Decreto-Lei nº139/2012, de 5 de julho e pelo Decreto- Lei n.º 91/2013, de 10 de julho.

Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos de cada nível e de cada ciclo de ensino têm como referência os programas das respetivas disciplinas, bem como as metas curriculares a atingir por ano de escolaridade e ciclo de ensino, homologados por despacho do Ministro da Educação.

As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional são objeto dos projetos curricular e educativo do Agrupamento:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social.
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica.
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções.

- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão.
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo.
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo.
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural.
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionaram-se, à luz destes princípios, as competências concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

3.5 Atividades de Enriquecimento Curricular

Considerando a importância do enriquecimento curricular para o desenvolvimento das crianças do 1º Ciclo e a ocupação plena dos tempos escolares, estão implementadas em todas as escolas do 1º Ciclo do Agrupamento, segundo o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e do Despacho n.º 9265-B/2013, as Atividades de Enriquecimento Curricular:

3.5.1 Objetivos das A.E.C.

- Promover a igualdade de oportunidades perante o sistema educativo.
- Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades da família.
- Garantir tempos pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens, associados à aquisição das competências básicas.
- Desenvolver atividades que permitam aos alunos explorar os diferentes conteúdos programáticos, com vista ao sucesso escolar futuro.
- Fomentar uma atitude positiva em relação à Língua Inglesa, às Expressões Artísticas e às Atividades Desportivas, providenciando condições para uma aprendizagem estimulante e bem sucedida, com profissionais especializados para o efeito.

3.5.2 Atividades de referências A.E.C.

Atividades para os 1º e 2º anos:

- a) Expressão Plástica
- b) Educação Musical
- c) Atividade Física e Desportiva

Atividades para os 3º e 4º anos:

- a) Inglês
- b) Ciências Experimentais (3º ano)
- c) TIC (4º ano)
- d) Atividade Física e Desportiva

3.5.3 Carga horária das A.E.C.

As AEC distribuem-se semanalmente da seguinte forma:

Atividades	Ano de escolaridade	Carga horária
Inglês	3º e 4º	2 h.
Atividade Física e Desportiva	1º, 2º, 3º e 4º	2 h.
Expressão Plástica	1º 2º	2 h. 1 h.
Educação Musical	1º 2º	1 h. 2 h.
Ciências Experimentais	3º	1 h.
TIC	4º ano	1 h.

As atividades a implementar, em cada ano escolar, podem sofrer alterações de acordo com a avaliação feita e os recursos humanos existentes, sendo o Agrupamento a Entidade Promotora.

3.5.4 Calendário

As atividades iniciar-se-ão no primeiro dia de aulas e terminarão no último dia de aulas do ano letivo.

3.5.5 Horário

As atividades decorrerão das 16:30 horas às 17:30 horas.

Exceccionalmente, por razões de gestão dos recursos humanos, decorrerão das 11:30 horas às 12:30 horas.

3.5.6 Local de funcionamento

As atividades decorrerão dentro do espaço escolar, à exceção de Atividade Física e Desportiva, na Escola do 1º ciclo Professor Abel Avelino, que decorrerá no campo de jogos e, sempre que possível, no pavilhão gimnodesportivo, bem como no laboratório de Ciências Naturais e Sala de Informática da escola sede.

Pontualmente, as atividades poderão decorrer noutros espaços, fora dos estabelecimentos de ensino, tais como: piscinas municipais, complexo e nave desportiva, biblioteca municipal, entre outros.

3.6 Transdisciplinaridade do Português

O Português é um poderoso fator de identidade nacional e cultural; por isso, o domínio desta é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar, no exercício pleno da cidadania.

Para que a escola cumpra os Objetivos da Educação Básica é necessário que proporcione a cada aluno oportunidade para desenvolver valores e atitudes, utilizando de forma adequada, o Português nas diversas situações de comunicação, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das competências gerais da transversalidade disciplinar: Interdisciplinaridade.

Estas competências deverão ser operacionalizadas do seguinte modo:

O aluno deverá:

- a) Expressar-se oralmente e por escrito de forma confiante, autónoma e criativa;
- b) Dominar metodologias de estudo (sublinhar, tirar notas, resumir);

- c) Comunicar de forma correta e adequada, em contextos diversos e com objetivos diversificados, recorrendo às técnicas fundamentais da escrita.

Domínio ouvir/falar

- Expressar-se oralmente de forma desbloqueada, autónoma e audível.
- Apresentar, criticamente, o significado e a intencionalidade de mensagens veiculadas em discurso variados.
- Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.
- Usar corretamente o Português para comunicar adequadamente e para estruturar o pensamento próprio.
- Interpretar o conteúdo de fontes, utilizando técnicas e saberes adequados à respetiva tipologia.

Domínio ler

- Desenvolver a competência da leitura utilizando materiais de consulta e de estudo que lhes permitam valorizar os saberes.
- Experimentar estratégias várias de leitura para obter informação.
- Localizar, pesquisar e selecionar informação relevante para concretização de projetos de trabalho.

Domínio escrever

- Desenvolver capacidades para produzir textos escritos com diferentes objetivos comunicativos, recorrendo às técnicas instrumentais da escrita.
- Praticar o aperfeiçoamento do texto: em trabalho individual, de pares ou de grupo.
- Organizar um glossário: utilização de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construções de relações de temporalidade e espacialidade.
- Elaborar e comunicar, com correção linguística e de forma criativa, sínteses de assuntos estudados.

3.6.1 Critérios de apreciação formal - sugestão de correção

Na classificação das Fichas/Testes de Avaliação/ Fichas de trabalho devem ser tidos em consideração os seguintes critérios de apreciação formal.

O aluno deverá:

- Escrever com correção ortográfica.

- Estruturar a frase e o parágrafo de forma clara e correta.

- Pontuar corretamente.

- Utilizar vocabulário de forma adequada com propriedade e rigor.

- Apresentar as ideias de forma ordenada e coerente.

São fatores de desvalorização:

Relativamente ao tema:

- O afastamento do tema proposto (o afastamento total implica a desvalorização total).

- Um desenvolvimento confuso e desordenado.

- As repetições inúteis.

- O vazio de conteúdo.

Relativamente ao domínio da língua

- O desrespeito pelas normas da concordância.

- Os erros ortográficos.¹

- A ausência de pontuação.

¹São erros de grafia, entre outros:

- a) colocação errada ou desenho ambíguo do acento;
- b) troca de acento grave por agudo, ou til por circunflexo, etc.;
- c) incorreta translineação de palavras;
- d) ausência de duplo hífen na translineação de palavras hifenizadas;

- e) incorreta utilização de maiúscula e minúscula;
- f) a ausência da utilização correta das aspas.

¹Para efeitos de contagem de erros de grafia, o mesmo erro numa palavra repetida, só será contabilizado uma vez.

3.7 Áreas Disciplinares

3.7.1 Orientações para a planificação das Áreas Disciplinares

As áreas e disciplinas devem elaborar as respetivas planificações de médio-longo prazo, tendo em conta a articulação inter e intra-ciclos, quer ao nível disciplinar, quer ao nível interdisciplinar, de modo a clarificar convergências entre os diferentes programas curriculares, promover um ensino integrador de conhecimentos e desenvolver as competências definidas. Esta convergência entre os diferentes programas curriculares, a par do diálogo permanente dos docentes, permitirá uma melhor sequencialização de conteúdos programáticos nas diversas áreas disciplinares.

Devem, assim, criar-se mecanismos adequados de cooperação e comunicação entre os docentes, nomeadamente ao nível dos Departamentos Curriculares, dos Grupos Disciplinares, de ano, no 1º ciclo e Conselhos de Turma.

3.7.2 Metas das Áreas Disciplinares

As Metas das Áreas Disciplinares encontram-se no Anexo 1.

3.8 Apoio ao Estudo

Fundamentação

Esta área, presente no currículo, de acordo com o Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, artigo 13º, pretende que os alunos se apropriem de técnicas, métodos e organização do estudo, bem como o desenvolvimento de comportamentos e atitudes que estimulem a vontade de conhecer, de aprender a aprender e que reforcem a sua autonomia de aprendizagem.

Para a concretização destes objetivos, é determinante o papel do docente que deverá capacitar os alunos de modo a incutir-lhes a aquisição de hábitos, métodos e técnicas de estudo, a necessária planificação do tempo de estudo, a

elaboração de apontamentos, a resolução de problemas e o desenvolvimento de hábitos de leitura e escrita. Ao mesmo tempo, o docente, a partir do conhecimento que tem de cada aluno, deve ser mediador junto dos restantes professores e alunos.

De salientar que o desenvolvimento de estratégias de estudo não são exclusivas desta área, pelo que a complementaridade e a cooperação entre os docentes da turma é determinante para o sucesso escolar do aluno.

➤ **Objetivos:**

- Promover a aquisição de métodos e hábitos de trabalho e de estudo.
- Promover a capacidade de organização.
- Promover a autonomia e a autoconfiança no processo de aprendizagem.
- Proporcionar orientação e apoio geral nas diversas disciplinas.

➤ **Atividades**

- Realização dos trabalhos escolares, exercícios de aplicação e consolidação de matérias lecionadas.
- Esclarecer dúvidas sobre os conteúdos programáticos das diversas áreas curriculares, nomeadamente, Português e Matemática.
- Proporcionar, aos alunos, atividades alternativas de remediação, sempre que sejam necessárias.
- Apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Desenvolver métodos e técnicas de estudo: técnicas de leitura, interpretação, análise, síntese, recolha de informação, tratamento de dados e resolução de problemas.
- Estimular práticas de entreajuda entre os alunos.
- Proporcionar momentos de leitura.
- Preparar os alunos para a realização das provas nacionais.

➤ **Avaliação**

A avaliação do Apoio ao Estudo é da responsabilidade do(s) professor(es) que leciona(m) esta área. É realizada no final de cada período e contempla os seguintes parâmetros:

- Conhecimento e aplicação das técnicas de estudo.
- Capacidade de organização e autonomia.

- Cooperação com os outros.
- Sentido de responsabilidade.
- Cumprimento das atividades propostas.

Cada parâmetro é avaliado com as menções qualitativas: Insuficiente (IN), Suficiente (SF), Bom (BO) e Muito Bom (MB).

➤ **Funcionamento**

O apoio ao estudo funciona de acordo com o horário da turma (5 segmentos de 45 minutos). A Escola tem de oferecer obrigatoriamente este apoio, mas os encarregados de educação dos alunos propostos têm de autorizar.

3.9 Área Complementar

3.9.1 Cidadania e Desenvolvimento Pessoal

3.9.1.1 Objetivos Gerais

- Desenvolver competências necessárias ao exercício da cidadania, nomeadamente dentro da escola e do espaço turma;
- Respeitar colegas e professores através do cumprimento do Regulamento Interno;
- Dotar os alunos de ferramentas que lhes permitam adquirir hábitos e métodos de trabalho;
- Dotar os alunos de instrumentos no âmbito da literacia da informação;
- Contribuir para a melhoria dos resultados escolares;
- Desenvolver o espírito crítico dos alunos, a sua capacidade reflexiva, motivando-os para o debate de questões pertinentes na sociedade atual, para que sejam intervenientes ativos na resolução de problemas do seu quotidiano, ambicionando a melhoria da qualidade de vida nas suas diferentes dimensões.

3.9.1.2 Planificação anual

Temas/Objetivos	Atividades
DIMENSÃO ESCOLAR • Integrar o aluno na dinâmica da Escola	❖ Diálogo sobre as regras de conduta na sala de aula e na escola. ❖ Preenchimento/ análise/encaminhamento de documentos. ❖ Eleição do delegado e subdelegado de turma e elaboração da respetiva ata. ❖ Análise dos direitos e deveres dos alunos. ❖ Análise do Regulamento Interno. ❖ Divulgação do plano de emergência e treino de evacuação. ❖ Divulgação de informações diversas. ❖ Autoavaliação e reflexão sistemática e regular por parte dos alunos sobre o trabalho realizado nas diferentes disciplinas e sobre o seu comportamento. ❖ Diálogo sobre assuntos problemáticos, relacionados com os elementos da turma ou com a integração destes na escola e/ou comunidade, com vista à sua resolução.
MÉTODOS DE TRABALHO E DE ESTUDO • Desenvolver competências de planeamento e organização • Adquirir e aplicar métodos de Trabalho e estudo	❖ Organização do material escolar e do estudo. ❖ Atividades de pesquisa. ❖ Divulgação e treino com os instrumentos de pesquisa/trabalho da BE. ❖ Orientações sobre trabalho de grupo. ❖ Atividades de leitura e escrita.
CIDADANIA E SEGURANÇA • Educar para a segurança e para os valores	❖ Dinamização de atividades sobre: ❖ Relações interpessoais. Gestão de conflitos. ❖ Prevenção de situações de risco. ❖ Promoção de hábitos de vida saudável. ❖ Comemoração de datas específicas.

3.9.1.3 Avaliação

Parâmetros a avaliar	Participação/Empenho
	Pesquisa e utilização de diversas fontes de informação
	Qualidade dos trabalhos realizados
	Respeito pelos outros e pelas normas estabelecidas
	Sentido de responsabilidade
	Autonomia
	Organização

A avaliação deverá ser qualitativa, através da atribuição das menções de Insuficiente (IN), Suficiente (SF), Bom (BO) e Muito Bom (MB).

3.10 Plano de trabalho da turma

3.10.1 Orientações para o Plano de Trabalho

- a) O Plano de Trabalho de Turma constitui-se como o conjunto de experiências e aprendizagens que se proporcionam aos alunos através da articulação com o currículo.
- b) A elaboração do Plano de trabalho de Turma é da responsabilidade do Conselho de turma/ professor titular/educador e será um instrumento que adequa o currículo definido para a escola ao contexto de cada turma; este deverá ser um documento dinâmico e em atualização permanente. Das reuniões do conselho de turma vão saindo novas informações que “obrigam” à sua adequação e reformulação.
- c) A gestão do currículo efetua-se face à análise de cada situação e consiste em diversificar as práticas para que todos aprendam/ apreendam. Este projeto deverá ser construído e gerido em conselhos de turma/ docentes e sala de Jardim de Infância, em articulação com o Projeto Curricular do Agrupamento, tendo em atenção os seguintes aspetos:
- d) Caracterização do perfil da turma.
- e) Definição de prioridades curriculares decorrentes da análise da situação da turma, no seu contexto e tendo em atenção o percurso anterior.
- f) Estabelecimento consensual dos objetivos que se pretendam alcançar através do conjunto das disciplinas e das áreas curriculares não disciplinares.
- g) Estabelecimento para as áreas curriculares as metodologias de trabalho a privilegiar e a avaliação.
- h) Orientações sobre o trabalho a ser desenvolvido na área complementar.
- i) Gestão dos programas.
- j) Discussão das planificações com foco nas atividades e condições especiais de avaliação.
- k) Estabelecimento de metodologias de trabalho e áreas de intervenção para a área curricular não disciplinares e, por fim, a avaliação propriamente dita do projeto em si.

3.10.2 Estrutura do Plano de trabalho

3.10.2.1 Estrutura do Plano de Trabalho do Pré-escolar

Índice	
Introdução	
1. Diagnóstico	Caraterização do grupo. Identificação de interesses e necessidades. Levantamento de recursos.
2. Fundamentação das opções educativas	
3. Metodologia	
4. Organização do ambiente	Do grupo. Do espaço. Do tempo. Da equipa. Do estabelecimento educativo.
5. Intenções de trabalho para o ano letivo	Opções e prioridades curriculares. Objetivos e efeitos esperados. Estratégias pedagógicas e organizativas previstas das componentes educativas e de apoio à família. Previsão dos intervenientes e definição de papéis.
6. Previsão dos procedimentos de avaliação	Dos processos e dos efeitos. Com as crianças. Com a equipa. Com a família. Com a comunidade educativa.
7. Relação com a família e outros parceiros educativos	
8. Planificação das atividades	

3.10.2.2 Estrutura do Plano de Trabalho dos 1º, 2º e 3º Ciclos

Índice	
1. Introdução	
2. Alunos da turma	
3. Equipa Educativa	
4. Fundamentação do Plano	

4.1 Caracterização da turma	Diagnóstico da turma: quem são os alunos, as idades, os alunos que beneficiam de ASE, alunos com idade fora da escolaridade obrigatória, com quem vivem os alunos; quem são os seus EE, níveis de repetência, saberes em défice, saberes que são pré-requisitos, que tipos de vivências, a opinião dos alunos sobre a escola, a profissão desejada dos alunos....
4.2 Perfil da turma (identificação de problemas/dificuldades/interesses)	Estabelecimento de prioridades educativas para a globalidade da turma de acordo com o respetivo perfil.
4.3 Metas e Prioridades (estratégias)	
5. Organização do trabalho de equipa	
5.1 Plano de Operacionalização do Projeto Curricular de Turma	(finalidades do projeto/competências priorizadas a desenvolver/ ações específicas a desenvolver)
5.2 Adequação de estratégias a situações concretas da turma	(estratégias de diferenciação de acordo com as necessidades educativas dos alunos - planos de Acompanhamento Pedagógico Individual; articulação com os serviços especializados de apoio educativo; coordenação de atitudes...)
5.3 Articulação das áreas disciplinares	(análise de programas: identificação de conteúdos/ atividades comuns...)
6. Planificação das atividades da turma	- Articulação das áreas curriculares com as atividades do PAA - Área complementar - Projeto de Educação Sexual - Plano de Leitura da Turma
8. Participação dos Encarregados de Educação no Processo Educativo	(Participação dos EE em reuniões/entrevistas/exposições de trabalhos...)
9. Avaliação	
9. 1.Avaliação Intermédia - 1ºP	Os alunos O Plano
9.2 Avaliação Intermédia - 2ºP	Os alunos O Plano
9.3 Avaliação final - 3ºP	Os alunos O Plano

3.11 Opções metodológicas do Agrupamento

A aprendizagem ocorre através do comportamento ativo do aluno: o que ele aprende é o que ele faz, não o que faz o professor.

As opções metodológicas deverão ter em consideração a necessidade de assegurar, recorrendo a diferentes metodologias, um ensino de qualidade e que tenha em conta as necessidades dos nossos alunos.

Assim, entre outras, as opções metodológicas adotadas pelo professor poderão passar por:

- a) pedagogia diferenciada, centrada na cooperação e na partilha de saberes;
- b) recurso a materiais diversificados e do interesse dos alunos, não centrando a prática pedagógica apenas nos manuais;
- c) promoção de atividades destinadas ao esclarecimento de dúvidas e resolução de dificuldades;
- d) promoção de uma efetiva comunicação entre os grupos disciplinares, como forma de uma gestão mais eficaz dos conteúdos;
- e) planificação e programação ao nível de cada ano de escolaridade, tendo em conta a especificidade de cada turma;
- f) promoção da leitura em todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares;
- g) apoio ao currículo, nomeadamente através de:
 - articulação vertical no que diz respeito à aplicação de metodologias corretas de pesquisa de informação;
 - do reforço educativo no Ensino Secundário.
- h) disponibilidade do corpo docente do Agrupamento, nomeadamente os Diretores de Turma, para se articularem com as famílias, no sentido da corresponsabilização da educação e formação dos alunos;
- i) implementação e dinamização de vários projetos no âmbito da abertura/trabalho cooperativo com as famílias e com a comunidade.

3.12 Educação Especial/Apoio Educativo

O Decreto-lei nº3/2008, de 7 de Janeiro define os apoios especializados a prestar em todos os níveis de educação e ensino, visando a “criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos, com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou em vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente”, tendo como finalidade a inclusão educativa e social.

Relativamente ao processo de referenciação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, devem ser sinalizados o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades. A referenciação é feita por qualquer elemento da comunidade escolar através do preenchimento de um documento próprio e entregue ao Diretor do Agrupamento. O documento explicita as razões que levaram a referenciar a situação, anexando os documentos relevantes para o processo de avaliação (relatórios médicos, entre outros). A referenciação mencionada deve ser entregue à Direção Executiva, ao longo do ano letivo, até à primeira semana do terceiro período.

No âmbito dos processos de referenciação e quando realizado por um docente, o serviço é de aceitação obrigatória e integrado na componente não letiva do seu horário de trabalho.

O resultado do processo de avaliação é analisado em equipa pluridisciplinar, cujos procedimentos estão definidos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 3/08, de 7 de Janeiro, virá expresso no relatório técnico-pedagógico explicitando, ou não, a necessidade de o aluno beneficiar de medidas educativas especiais, identificando as estratégias a adotar. Os pais ou encarregado de educação devem participar ativamente no processo, assim como expressar a sua aprovação.

Este documento é elaborado em conjunto e obrigatoriamente pelo Educador de Infância, Professor Titular de Turma, Diretor de Turma dos 2º,3º Ciclos e Secundário, Docente de Educação Especial e Encarregado de Educação e pelos Serviços de Psicologia e Orientação sempre que se justifique.

O Programa Educativo Individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação. Integra o processo individual do aluno.

As medidas educativas visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas individuais. São elas:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;

e) Currículo específico individual;

f) Tecnologias de apoio.

O coordenador do programa educativo individual é o Educador de Infância, o professor titular de turma no 1º ciclo ou o Diretor de Turma a quem esteja atribuído o grupo que o aluno integra.

O Currículo Específico Individual, no 2º, 3º Ciclos e Secundário, deve ter contemplado no seu horário pelo menos um bloco de noventa minutos e dois segmentos de quarenta e cinco minutos com o Docente de Educação Especial. Este currículo é definido de acordo com o perfil de funcionalidade de cada aluno, selecionando as disciplinas abaixo apresentadas aquelas que mais se adequam a cada criança/jovem, perspetivando o seu sucesso educacional, pessoal e social.

Disciplinas
Português Funcional
Português Individualizado
Resolução de Problemas da Vida Diária
Informática Individualizada ou pequeno grupo
Atividades da Vida Diária (AVD)
Educação Física Individualizada
Têxteis
Expressão Plástica
Promoção Cognitiva
Música e Movimento
Hidromovimento
Hipomovimento

Anualmente é elaborado um Plano de Ação com o Centro de Recursos para a Inclusão de Almeirim no intuito de adequar os recursos técnicos às necessidades dos alunos.

O Plano Individual de Transição é parte integrante do Programa Educativo Individual dos alunos com Currículo Específico Individual. Destina-se a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional. Deve ser implementado três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória. Para este efeito a escola recorre a protocolos estabelecidos com instituições/serviços da comunidade, particulares e da própria escola.

Funcionam na sede do Agrupamento modalidades específicas de educação nomeadamente duas Unidades de Ensino Estruturado para a educação de alunos com perturbação do espectro do autismo e uma unidade de apoio especializado para alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita.

3.13 Línguas Estrangeiras

Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho o Inglês inicia-se no 2.º ciclo, prolonga-se no 3.º ciclo e no ensino secundário. A segunda língua iniciada pelos alunos, no 7.º ano de escolaridade, é o Francês ou o Espanhol.

No âmbito das AEC's o Agrupamento também oferece o Inglês ao 1º. Ciclo do Ensino Básico, o que constitui uma primeira iniciação a esta língua estrangeira, mas apenas aos alunos inscritos.

3.14 Ensino Específico de Português Língua Não Materna (PLNM)

(Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de Fevereiro)

Os alunos integrados nos Grupos de Nível de Proficiência (GNP) Iniciação (A 1) são submetidos a uma avaliação descritiva a todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, apenas no primeiro período.

As estratégias a considerar no Projeto Curricular de Turma, nomeadamente no Plano de Recuperação, tal como previsto no Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro são:

Estratégias
Pedagogia diferenciada na sala de aula
Reduzir o tamanho dos textos
Evitar orações demasiadas longas
Legendar imagens
Usar vocabulário simples e corrente
Formular perguntas de escolha múltipla
Ordenar pequenos textos (colocar na ordem frásica correta)
Descrever imagens com base nos vocábulos apresentados
Recorrer a questões de resposta fechada (Verdadeiro e Falso)
Completar textos com espaços em branco, de acordo com elementos/ vocábulos fornecidos
Sempre que possível associar uma imagem ao conceito
Complementar as instruções escritas (Testes Formativos) com indicações orais
Estabelecer ligações entre conceitos (significado / significante)
Usar Fichas de aplicação de conhecimentos com maior frequência
Elaborar um Glossário Temático para cada disciplina ou, simplesmente, uma lista dos conceitos fundamentais para cada disciplina (com base no trabalho realizado em sede de Conselho de Grupo Disciplinar), a qual possa ser trabalhada no âmbito do Ensino Específico do PLNM

3.15 Plano de Formação

O Plano de Formação do Agrupamento é uma das variáveis mais importantes para tornar o Projeto Educativo mais coerente e, conseqüentemente, ir ao encontro das necessidades de Formação Contínua do Pessoal Docente e Não Docente.

As ações que o Agrupamento planificar e organizar devem ser centradas no Projeto Educativo, sendo a sua realização orientada e tendo em conta as necessidades identificadas, destacando-se as seguintes:

- ❖ Avaliação de desempenho do pessoal Docente e Não Docente;
- ❖ Avaliação Interna;
- ❖ Competências TIC;

- ❖ Diversidade Cultural;
- ❖ Indisciplina na escola;
- ❖ Necessidades Educativas Especiais;
- ❖ Elaboração de portefólio (da atividade docente / alunos);
- ❖ Bibliotecas Escolares (Promoção da Leitura);
- ❖ Concretizar Planos de ação específicos (Matemática, Português, Plano Nacional de Leitura, entre outros, implementados ou a implementar);
- ❖ Currículo das diferentes disciplinas.

As ações de formação a desenvolver serão dinamizadas pelo Centro de Formação da Lezíria e Médio Tejo, entidade parceira no domínio da formação, ou outras entidades.

A concretização deve traduzir-se em informações assentes em saberes e competências específicas, relacionadas e implicadas nas práticas letivas.

3.16 Gabinete de Apoio ao Aluno

3.16.1 Projeto de Intervenção Primária em Contexto Escolar (IPCE)

Objetivos

- a) Promover o sucesso escolar;
- b) Prevenir o abandono escolar;
- c) Prevenir o absentismo;
- d) Erradicar os comportamentos de risco;
- e) Solucionar os problemas de indisciplina;
- f) Tratar os problemas de escolaridade, evitando a sinalização para a cpcj.

3.16.2 Projeto de Mentoria “Uma Mão para a Solução”

Objetivos

- a) Capacitar os mentores de competências básicas de ajuda;
- b) Apoiar jovens com dificuldades a diversos níveis no âmbito da escolaridade;
- c) Promover uma abordagem centrada nas necessidades individuais de cada aluno.

3.16.3 Projeto “Conversas com Pais”

Objetivos

- a) Proporcionar aos participantes um espaço de debate onde podem partilhar as suas ideias e experiências enquanto Pais/ Encarregados de Educação;
- b) Sensibilizar e dotar os participantes de competências parentais essenciais ao normal desenvolvimento escolar, social e emocional dos alunos;
- c) Criar redes de suporte e apoio aos Pais/ Encarregados de Educação.

3.16.4 Projeto “Toca a Estudar”

Objetivos

- a. Melhorar as aprendizagens e consolidar conhecimentos.
- b. Esclarecer dúvidas sobre os conteúdos programáticos das diversas áreas curriculares.
- c. Colmatar as dificuldades ao nível da compreensão oral e escrita.
- d. Melhorar os métodos de estudo e hábitos de trabalho autónomo ou em grupo.
- e. Proporcionar orientação e apoio geral na realização de trabalhos escolares individuais ou em grupo, nomeadamente trabalhos de casa, exercícios de aplicação e consolidação das matérias lecionadas.
- f. Orientar e apoiar o estudo individual: revisão de matérias estudadas, organização de apontamentos e pesquisa de informação.
- g. Estimular práticas de entreajuda entre alunos.
- h. Desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade social e pessoal.
- i. Fomentar a participação dos alunos na vida escolar através de uma ocupação construtiva dos tempos livres.

Avaliação dos Alunos

Avaliação dos Alunos

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

IV. Avaliação dos Alunos

4.1 Pré-escolar

A Educação Pré-Escolar situa-se na continuidade de um processo educativo que a criança iniciou na família. Será sempre com a família, com a sua participação e ao seu lado que os educadores devem desenvolver o seu projeto educativo. A comunicação que estes estabelecem com os pais e encarregados de educação é essencial para que estes tenham um papel ativo e presente no acompanhamento dos seus educandos, uma vez que muitos dos conteúdos educativos nesta etapa são aprendidos de forma paralela e compartilhada. A avaliação como forma de comunicação, nesta faixa etária, poderá ter algumas consequências e influências decisivas no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A mesma implica uma tomada de consciência da ação carecendo de constante análise e possível reformulação de forma, que se encontre cada vez mais ao nível da generalidade dos pais e encarregados de educação. Também a imagem da criança deve ser transmitida de uma forma positiva sempre na base da proporcionalidade no maior número de vivências ricas e diversificadas, intervindo na zona de desenvolvimento próxima, para o crescente desenvolvimento do seu ser e aprender, salientando sempre o que as crianças sabem e são capazes de fazer, na partilha de informação com os pais, tendo em vista a adequação do processo educativo.

Cada criança tem a sua forma de estar, ritmo de desenvolvimento e aprendizagem; por sua vez e segundo a teoria das inteligências múltiplas, cada criança prefere ou está mais apta para uma das áreas do desenvolvimento, daí a atenção redobrada para respeitar e conduzi-la para as diversas áreas. Também os pais e encarregados de educação são diferentes e as informações devem ser comunicadas conforme o seu destinatário.

Acreditando nesta linha de conduta e atendendo às finalidades acima contempladas na avaliação no Ensino Pré-Escolar, considera-se o seguinte:

Espaços de Avaliação

1º momento - final do 1º período.

2º momento - final do 2º período.

3º momento- final do 3º período.

Na Educação Pré-Escolar avaliar é sistemático, não se podendo considerar a avaliação neste nível de ensino como um processo estandardizado e classificativo. A criança tem o seu tempo, o seu ritmo que deve ser respeitado, é necessário dar-lhe tempo para se perceber de forma evidente a sua evolução.

Atendendo aos princípios da avaliação na Educação Pré-Escolar, definimos adequadamente e com coerência dois tipos de fichas, com carácter formativo da avaliação;

Ficha de Registo/Observação.

Ficha de Informação/Avaliação.

No caso das crianças de 5/6 anos, este documento também permitirá na articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico que o professor obtenha com clareza as aquisições feitas pela criança no Jardim-de-Infância e, assim, as possa valorizar tal como é o objetivo podendo assegurar a continuidade e sequencialidade do percurso escolar das crianças, tendo em vista o sucesso das mesmas.

4.2 Ensinos Básico e Ensino secundário

4.2.1 Objeto

A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas curriculares, de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas nos projetos curriculares de escola e de turma, por ano de escolaridade.

Constituem objeto de avaliação em todas as áreas curriculares e disciplinas as aprendizagens no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em Português e da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Relativamente ao ensino secundário, a avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos.

A avaliação tem por objeto a aferição de conhecimentos, competências e capacidades dos alunos e a verificação do grau de cumprimento dos objetivos globalmente fixados para o nível secundário de educação, bem como para cursos e disciplinas nele integrados.

O regime de avaliação é regulado em diploma próprio, em função da natureza dos cursos de nível secundário de educação.

4.2.2 Princípios

A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, através da utilização de modos e instrumentos de avaliação diversificados.
- b) Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada.
- c) Valorização da evolução do aluno, nomeadamente ao longo de cada ciclo.
- d) Transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adaptados.
- e) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

4.2.3 Intervenientes

O processo de avaliação é conduzido pelos professores responsáveis pela organização do ensino e da aprendizagem, envolvendo também:

- Os alunos;
- Os Encarregados de Educação;
- Os docentes de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo dos alunos;
- Os órgãos de gestão do Agrupamento (Diretora e Conselho Pedagógico);
- A administração educativa.

Os Encarregados de Educação serão informados sobre os critérios de avaliação utilizados na escola. Poderão obter informações semanalmente (na hora semanal de atendimento do Diretor de Turma) sobre os progressos e dificuldades evidenciadas pelos seus educandos. Deverão colaborar com o Diretor de Turma na deteção e apoio às dificuldades evidenciadas pelos educandos.

No final de cada período será marcada uma reunião para entrega da avaliação, de forma a permitir um esclarecimento do percurso escolar do aluno.

4.3 Critérios de avaliação

Compete ao Conselho Pedagógico do Agrupamento, de acordo com as orientações do currículo nacional, definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos Departamentos Curriculares.

4.3.1 Primeiro ciclo

Critérios e instrumentos de avaliação do Departamento Curricular do 1º Ciclo

Disciplinas: Português, Matemática e Estudo do Meio

Aquisição e aplicação de conhecimentos	♦ Fichas de avaliação	70%	80%
	ou ♦ Fichas de avaliação ♦ Trabalhos	60% 10%	
	♦ Participação Oral	10%	
Atitudes	♦ Pontualidade	2%	20%
	♦ Apresentação do material necessário	2%	
	♦ Cumprimento das regras de funcionamento das aulas	2%	
	♦ Correção na participação	2%	
	♦ Atenção	2%	
	♦ Autonomia	2%	
	♦ Realização de tarefas propostas	2%	
	♦ Realização de tarefas propostas como trabalho de casa	2%	
	♦ Organização de materiais	2%	
	♦ Cooperação com os outros	2%	

4.3.2 Segundo e terceiro ciclos

DEPARTAMENTOS	2º CICLO		AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS				ATITUDES	
			Fichas de avaliação *Aquisição e aplicação de conhecimentos		Outros trabalhos/Oralidade/Escrita Aptidão Física**			
	Anos de Escolaridade		5º	6º	5º	6º	5º	6º
	LÍNGUAS	Português	70		20		10	
		PLNM ⁸	60		30		10	
		Inglês	60		30		10	
	CIÊNCIAS EXATAS E EXPERIMENTAIS	Matemática	70		20		10	
		Ciências Naturais	70		20		10	
	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	H.G.P.	70		20		10	
		EMRC ⁷	30		30		40	
EXPRESSÕES, TECNOLOGIAS e EDUCAÇÃO ESPECIAL	*Ed. Tecnológica ^{1/2}	70 ^{1/2}				30		
	*Ed. Visual ^{3/4}	70 ^{3/4}				30		
	*Ed. Musical ⁵	70 ⁵				30		
	*Ed. Física (Atestado médico) ^{6.1}	70 ^{6.1}				30		
	**Ed. Física (Prática regular) ⁶	70 ⁶		**10		20		

1 – TRABALHOS PRÁTICOS- 25%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 20%; FICHAS DE TRABALHO- 5%; CRIATIVIDADE -10%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-10%

2 – TRABALHOS PRÁTICOS- 25%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 25%; CRIATIVIDADE -10%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-10%

3 – TRABALHOS PRÁTICOS- 20%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 20%; CRIATIVIDADE -15%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-15%

4 – RIGOR NOS TRABALHOS - 20%; DOMÍNIO DE MATERIAIS E TÉCNICAS - 20%; CONCRETIZAÇÃO DOS TRABALHOS-30%

5- Compreensões de conceitos musicais – 25%;Aplicação de conceitos musicais – 25%; Testes instrumentais ou vocais- 20%

6- Atividades físicas – 60%; Aplicação de conhecimentos em situação prática, arbitragens, seleção e manuseamento de materiais, ajuda em situação de exercício -10%

6.1-Atividades físicas- 30%; Fichas de avaliação/trabalhos escritos -40%

7-60% Repartidos: 30% trabalhos de grupo/portfolios, 10% trabalho intra aula e 20% participação.

8- 60 % Para Fichas de avaliação ou trabalhos individuais ou de grupo.

	Terceiro Ciclo		Aquisição e aplicação de conhecimentos							Atitudes				
			Fichas de avaliação *Aquisição e aplicação de conhecimentos				Outros trabalhos/Oralidade/Escrita Aptidão Física**							
	Anos de Escolaridade			7°	8°	9°		7°	8°	9°		7°	8°	9°
DEPARTAMENTOS	LÍNGUAS	Português		70				20				10		
		PLNM ⁹		60				30				10		
		Inglês		60				30				10		
		Francês		60				30				10		
		Espanhol		60				30				10		
	CIÊNCIAS EXATAS E EXPERIMENTAIS	Matemática		70				20				10		
		Ciências Naturais		70				20				10		
		Física e Química		80				-	-	-		20		
		História		80				10				10		
		Geografia ⁸		80				-	-	-		20		
		EMRC ⁷		30				30				40		
	EXPRESSÕES E TECNOLOGIAS*	Ed. Tecnológica ^{1/2}		70 ^{1/2}								30		
		Ed. Visual ^{3/4}		70 ^{3/4}								30		
		Ed. Musical		70 ⁵								30	-	
		Ed. Física (Atestado médico) ^{6.1}		70 ^{6.1}								30		
		Ed. Física (Prática regular) ⁶		70 ⁶				**10				20		
		Tec. Informação e Comunicação		60				30				10		

1 – TRABALHOS PRÁTICOS- 25%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 20%; FICHAS DE TRABALHO- 5%; CRIATIVIDADE -10%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-10%

2 – TRABALHOS PRÁTICOS- 25%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 25%; CRIATIVIDADE -10%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-10%

3 – TRABALHOS PRÁTICOS- 20%; APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E MATERIAIS- 20%; CRIATIVIDADE -15%; ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO-15%

4 – RIGOR NOS TRABALHOS - 20%; DOMÍNIO DE MATERIAIS E TÉCNICAS - 20%; CONCRETIZAÇÃO DOS TRABALHOS-30%

5- Compreensões de conceitos musicais – 25%;Aplicação de conceitos musicais – 25%; Testes instrumentais ou vocais- 20%

6- Atividades físicas – 60%; Conhecimentos-10%

6.1-Atividades físicas- 30%; Conhecimentos -40%

7-60% Repartidos: 30% trabalhos de grupo/portfolios, 10% trabalho intra aula e 20% participação.

8- ou 80% repartidos: 70% Testes de avaliação e 10% trabalhos de grupo ou individuais.

9-60 % Para Fichas de avaliação ou trabalhos individuais ou de grupo.

4.3.3 Curso vocacional - 3º ciclo - Turismo, Agricultura e Desporto - áreas em expansão

			AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS				ATITUDES
			Fichas de avaliação	Oralidade/Participação	Trabalhos Individuais ou em grupo	Domínio Psico-Motor	
D E P A R T A M E N T O S	LÍNGUAS	Português	40	10	30		20
		Espanhol	40	20	20		20
		Inglês	40	20	20		20
	CIÊNCIAS EXATAS E EXPERIMENTAIS	Matemática	40	10	30		20
		Ciências Naturais	40	10	30		20
		Físico- Química	40	10	30		20
	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	História	40	10	30		20
		Geografia	40	10	30		20
		Turismo	40	10	30		20
		Agricultura	40	10	30		20
	EXPRESSÕES, TECNOLOGIAS e EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação Física/Desporto				80	20

4.3.4 Ensino Secundário

Ensino Secundário					Aquisição e aplicação de conhecimentos						Atitudes		
					Testes de avaliação			Outros trabalhos/ Oralidade/Escrita					
DEPARTAMENTOS	Anos de Escolaridade				10º	11º	12º	10º	11º	12º	10º	11º	12º
	LÍNGUAS	Português			70			25			5		
		Inglês			65			30			5		
		Francês			65			30			5		
		Espanhol			65			30			5		
	CIÊNCIAS EXACTAS E EXPERIMENTAIS	Biologia e Geologia			65	65	-	30	30	-	5	5	-
		Biologia			-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Físico e Química A			65		-	30		-	5		-
		Física			-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Química			-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Matemática A			75			20			5		
		MACS			65		-	25		-	10		-
	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	História A			90			5			5		
		Geografia A ¹			90		-	-		-	10	-	
		Filosofia			70		-	20		-	10		-
Psicologia B			-	-	30	-	-	60	-	-	10		
EXPRESSÕES, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	Ed. Física ²			2						30			
	Ed. Física ³ (Atestado Médico)			3						30			

¹ou 90 % repartidos: 80% Testes de avaliação e 10% trabalhos de grupo ou individuais.

²- Atividades físicas – 60%; Aplicação de conhecimentos em situação prática, arbitragens, seleção e manuseamento de materiais, ajuda em situação de exercício -10%

³-Atividades físicas- 30%; Fichas de avaliação/trabalhos escritos -40%

4.3.5 Cursos Profissionais

Cursos de Profissionais		Aquisição e aplicação de conhecimentos									Atitudes			
		Fichas de avaliação			Outros trabalhos/ Oralidade/Escrita			Desempenho Motor						
Anos de escolaridade		10º	11º	12º	10º	11º	12º	10º	11º	12º	10º	11º	12º	
DEPARTAMENTOS	LÍNGUAS	Português	70			20			-----			10		
		Língua Estrangeira	40			40			-----			20		
	CIÊNCIAS EXATAS E EXPERIMENTAIS	Matemática	50			30			-----			20		
		Física e Química	50	50	-----	30	30	-----	-----			20	20	-----
	C. SOCIAIS E HUMANAS	Área de Integração	60			20			-----			20		
		Psicologia	30			60			-----			10		
	EXPRESSÕES, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação Física ¹	1			1			1			30		
		Educação Física ² (atestado médico)	2			2			2			30		
		Tecnologias da Informação e Comunicação	50	50	-----	40	40	-----	-----			10	10	-----
		Sistemas Operativos	50			40			-----			10		
		Arquitetura de Computadores	50	50	-----	40	40	-----	-----			10	10	-----
		Redes de Comunicação	50			40			-----			10		
		Programação e Sistemas de Informação	50			40			-----			10		
		Estudo do Movimento	50	----	-----	30	-----	-----	-----			20		
		Práticas de Atividades Físicas e Desportivas (módulos teóricos)	50			30			-----			20		
		Práticas de Atividades Físicas e Desportivas (módulos práticos)	15			15			50			20		
Organização e Gestão do Desporto		50			30			-----			20			
Gestão de Programas e Projetos do Desporto		50			30			-----			20			
Gestão de Instalações Desportivas	50			30			-----			20				

¹ Atividades físicas – 60%; aplicação de conhecimentos em situação prática, arbitragens, seleção e manuseamento de materiais, ajuda em situação de exercício – 10%.

² Atividades físicas – 30%; fichas de avaliação/trabalhos escritos – 40%.

Tabela de classificação de Fichas de avaliação e trabalhos do Ensino Básico

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa
0% - 19%	Mau
20% - 49%	Insuficiente
50% - 69%	Suficiente
70% - 89%	Bom
90% - 100%	Muito Bom

Tabela de classificação de testes e trabalhos do ensino secundário

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa
0 - 4	Mau
5 - 9	Insuficiente
10 - 13	Suficiente
14 - 16	Bom
17 - 20	Muito bom

4.4 Modalidades de avaliação

4.4.1 Ensino básico

4.4.1.1 Avaliação diagnóstica

Esta avaliação realiza-se no início de cada ano de escolaridade, em cada disciplina, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional. A elaboração das fichas no início do ano letivo, no âmbito de cada disciplina, terá de ser igual para todas as turmas.

4.4.1.2 Avaliação formativa

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação formativa inclui uma vertente de diagnóstico e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens de modo a permitir rever e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos coletivos que concebem e gerem o respetivo Plano de Trabalho e ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

Compete ao Diretor, sob proposta do professor titular de turma/diretor de turma, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes no estabelecimento de ensino com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos. O acompanhamento e apoio deste processo cabem ao Conselho Pedagógico.

A avaliação formativa inclui também as Provas de Aferição Interna e os testes intermédios.

As Provas de Aferição Interna incidem sobre os conteúdos planificados até à data da sua realização e ainda não sujeitos a avaliação, englobando os conteúdos anteriores que os professores considerarem mais importantes, no entanto não devem abranger toda a matéria.

As provas são constituídas por uma única prova, sendo esta uma prova escrita.

As competências, o procedimento de realização e correção das Provas de Aferição interna e os prazos são aprovados em Conselho Pedagógico, publicados internamente constando no dossiê do mesmo.

Os Testes Intermédios são instrumentos de avaliação disponibilizados pelo Instituto de Avaliação Educativa ao longo do ano letivo, tendo como principais finalidades permitir a cada professor aferir o desempenho dos seus alunos por referência a padrões de âmbito nacional, ajudar os alunos a uma melhor consciencialização da progressão da sua aprendizagem e, por acréscimo, contribuir para a sua progressiva familiarização com instrumentos de avaliação externa, processo a que estarão sujeitos no final do 3º ciclo do ensino básico ou no ano terminal das disciplinas do ensino secundário.

Por decisão do Conselho Pedagógico o nosso Agrupamento aderiu a este projeto, sendo que as classificações destes testes equivalem a uma ficha/teste de avaliação da respetiva disciplina.

4.4.1.3 Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e conhecimentos definidos para cada disciplina, no quadro do Plano de Trabalho da Turma, dando uma atenção especial à evolução do conjunto das aprendizagens.

A avaliação sumativa inclui:

- ❖ **Avaliação sumativa interna;**
- ❖ **Avaliação sumativa externa, (no 4º, 6º e 9º anos de escolaridade).**

Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade dos professores que integram o conselho de turma e dos órgãos de gestão competentes, reunindo, para o efeito, no final de cada período letivo.

Compete ao diretor de turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

A informação resultante da avaliação sumativa interna conduz à atribuição de uma classificação, numa escala de níveis de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, expressa -se numa menção qualitativa de *Muito bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Nas áreas de Apoio ao Estudo e Cidadania e Desenvolvimento Pessoal é atribuída uma menção qualitativa de Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.

A avaliação sumativa interna no final do 3º período implica a apreciação global das aprendizagens desenvolvidas pelo aluno, ao longo do ano letivo.

Avaliação Sumativa Externa

A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência e compreende a realização de Provas Finais de Ciclo nas disciplinas:

- a) Português e Matemática;
- b) Português Língua não Materna e Matemática para os alunos que tenham concluído o nível de proficiência A2 ou o nível intermédio B1.

A avaliação sumativa externa no 6.º ano de escolaridade destina-se a aferir o grau de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, mediante o recurso a critérios de avaliação definidos a nível nacional.

As provas finais de ciclo incidem sobre os conteúdos definidos nos programas e têm como referência as metas curriculares em vigor definidas.

As provas finais de ciclo realizam-se em duas fases com uma única chamada cada, sendo a 1.ª fase obrigatória para todos os alunos, destinando-se a 2.ª fase aos alunos:

- a) Que falem à 1.ª fase por motivos excecionais devidamente comprovados;
- b) Que obtiveram uma classificação final inferior a 3 após as provas finais de ciclo realizadas na 1.ª fase;
- c) Autopropostos que, após as reuniões de avaliação de final de ano, não obtiveram aprovação.

A classificação obtida na 2.ª fase das provas finais realizadas pelos alunos referidos nas alíneas b) e c), é considerada como classificação final.

Estão dispensados da realização de provas finais do 2º ciclo os alunos nas seguintes condições:

- a) Não tenham o Português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais;
- b) Estejam abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

As provas finais de ciclo são classificadas na escala percentual de 0 a 100, arredondada às unidades, sendo a classificação final da prova convertida na escala de 1 a 5.

A classificação final a atribuir às disciplinas sujeitas a provas finais do 2.º ciclo é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, entre a classificação obtida na avaliação sumativa interna do 3.º período da disciplina e a classificação obtida pelo aluno na prova final, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (7 Cf + 3 Cp) / 10$$

em que:

CF = classificação final da disciplina;

Cf = classificação de frequência no final do 3.º período;

Cp = classificação da prova final.

A classificação final expressa -se numa escala de 1 a 5 arredondada às unidades.

A não realização das provas finais implica a retenção do aluno, exceto os alunos que estejam abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

Alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente

Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, abrangidos pelo disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, prestam as provas finais de ciclo previstas para os restantes examinandos, podendo, no entanto, usufruir de condições especiais de avaliação ao abrigo da legislação em vigor.

4.4.2 Ensino Secundário

Modalidades de avaliação

A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de **Avaliação Formativa e Avaliação Sumativa (Interna e Externa)**.

4.4.2.2. Avaliação formativa

A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação formativa determina a adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver.

A avaliação formativa é da responsabilidade do professor, em interação com o aluno na perspetiva de promoção da autoavaliação, em colaboração com os outros professores, no âmbito do conselho de turma e ainda, sempre que necessário com os serviços de apoio socioeducativo e os encarregados de educação.

❖ Provas de aferição interna. (**Aplicam-se os critérios do Ensino Básico**).

- ❖ Projeto testes intermédios. (Aplicam-se os critérios do Ensino Básico).

4.4.2.3 Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste na formação de um juízo globalizante, tem como objetivos a classificação e a certificação e inclui:

- ❖ A avaliação sumativa interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão competentes.
- ❖ A avaliação sumativa externa, da responsabilidade dos competentes serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência, concretizada na realização de exames finais nacionais.

A avaliação sumativa conduz à tomada de decisão, no âmbito da classificação e da aprovação em cada disciplina, área não disciplinar e módulos, quanto à progressão nas disciplinas não terminais, à transição para o ano de escolaridade subsequente, à conclusão do nível secundário de educação e à admissão de matrícula.

Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período letivo.

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade dos professores que integram o conselho de turma, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

Compete ao diretor de turma, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

A avaliação sumativa interna realiza-se ainda através de provas de equivalência à frequência conforme consta nos artigos 14º e 16º da Portaria nº 244/2011, de 21 de junho, o Decreto-lei nº 139/2012, de 5 de julho e a Portaria nº243/2012, de 10 de agosto.

A informação resultante da avaliação sumativa interna conduz à atribuição de uma classificação, na escala de 1 a 20 valores, em todas as disciplinas, de acordo com a tabela seguinte:

A avaliação sumativa interna no final do 3º período implica a apreciação global das aprendizagens e dos conhecimentos desenvolvidos pelo aluno ao longo do ano letivo.

Avaliação Sumativa Externa

A avaliação sumativa externa consta no artigo 17º da Portaria nº 244/2011, de 21 de junho e Decreto-lei nº 139/2012 de 5 de julho e destina-se a aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, e realiza-se através de exames finais nacionais, organizados pelos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência.

Podem apresentar-se à realização de exames finais nacionais os alunos internos que, na avaliação interna da disciplina, tenham obtido uma classificação igual ou superior a 8 valores no ano terminal e a 10 valores na classificação interna final, calculada através de média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a disciplina foi ministrada.

4.5 Critérios de progressão/retenção

4.5.1 Critérios de progressão/retenção - 1º Ciclo

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções de Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou Não Aprovado, no final de ciclo.

No final de ciclo o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado se estiver numa das seguintes condições:

- Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas de Português e de Matemática;
- Tiver obtido classificação inferior a 3 em Português ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras áreas disciplinares.

A decisão da transição e de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte e para o ciclo subsequente revestem carácter pedagógico e são tomadas sempre que o professor titular de turma, ouvido o Conselho de Docentes, considere que:

- a) O aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu capacidades para progredir com sucesso os seus estudos no 2º ciclo;
- b) Nos anos não terminais de ciclo, o aluno demonstre ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido capacidades essenciais para transitar para o ano de escolaridade seguinte.

As áreas curriculares não disciplinares não são consideradas para efeitos de progressão de ano ou conclusão de ciclo.

As decisões do professor titular de turma e as deliberações do Conselho de Docentes, carecem de ratificação do responsável do órgão de direção da escola.

Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, abrangidos pelo disposto no artigo 20º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, prestam as provas finais de ciclo previstas para os restantes examinandos, podendo, no entanto, usufruir de condições especiais de avaliação ao abrigo da legislação em vigor.

As classificações no final de cada período letivo, no 4º ano de escolaridade, são registadas em pauta.

No 1º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, o professor titular de turma em articulação com o Conselho de Docentes, decida pela retenção do aluno.

4.5.2 Critérios de progressão/retenção - 2º Ciclo

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções de Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou Não Aprovado, no final de cada ciclo.

As decisões de transição e de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte, é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:

Nos anos não terminais de ciclo (**5º Ano**), que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades essenciais para transitar para o ano de escolaridade seguinte.

Não transitam os alunos que:

- ❖ Tenham obtido nível inferior a 3, em três disciplinas, desde que uma seja Matemática ou Português;
- ❖ Tenham obtido nível inferior a 3, em mais de três disciplinas.

Nos anos terminais de ciclo, (**6º Ano**) que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente.

No final do ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática;
- b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas e tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLNM) ou em Matemática.

As disciplinas de Educação Moral e Religiosa, de Oferta Complementar (Cidadania e Desenvolvimento Pessoal) e de Apoio ao Estudo não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

4.5.3 Critérios de progressão/retenção - 3º Ciclo

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções de Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou Não Aprovado, no final de cada ciclo.

As decisões de transição e de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte, é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:

Nos anos não terminais de ciclo (**7 e 8º Anos**), que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades essenciais para transitar para o ano de escolaridade seguinte.

Não transitam os alunos que:

- ❖ Tenham obtido nível inferior a 3, em três disciplinas, desde que uma seja Matemática ou Português;
- ❖ Tenham obtido nível inferior a 3, em mais de três disciplinas.

Nos anos terminais de ciclo, (**9º Ano**) que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as capacidades necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente.

No final do ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática;
- b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas e tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLNM) ou em Matemática.

As disciplinas de Educação Moral e Religiosa e de Oferta Complementar (Cidadania e desenvolvimento Pessoal) não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

4.6 Critérios de aprovação, transição e progressão – Ensino Secundário

A aprovação do aluno em cada disciplina depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores.

A classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a 8 valores.

A transição do aluno para o ano de escolaridade seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores a mais de duas disciplinas, sem prejuízo de outras situações enunciadas no artigo 23º da Portaria nº 550-D/2004, de 21 de Maio e Portaria nº 243/2012, de 10 de agosto.

4.7 Reapreciação dos resultados da avaliação

As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de reapreciação, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão de direção executiva do estabelecimento de ensino, no prazo de 3 dias úteis a contar da data de afixação das pautas.

Avaliação do Projeto

V. Avaliação do Projeto

5.1 Explicitação dos mecanismos de avaliação/ verificação/ controlo

Mecanismos de avaliação interna:

- ❖ Avaliação diagnóstica: inquéritos e entrevistas.
- ❖ Grelhas de apreciação da evolução das aprendizagens.
- ❖ Grelhas de observação de atitudes.
- ❖ Observação direta.
- ❖ Grelhas de autoavaliação.
- ❖ Fichas/testes de avaliação formativa.
- ❖ Provas de Aferição Interna.
- ❖ Testes Intermédios.

Mecanismos de avaliação externa:

- ❖ Provas Finais de Ciclo - Português e Matemática.
- ❖ Exames Nacionais do Ensino Secundário.
- ❖ Dos resultados da aprendizagem:
- ❖ Equipa de Avaliação (Conselho Pedagógico).
- ❖ Estudo dos dados estatísticos da avaliação sumativa.
- ❖ Dos resultados das atitudes e comportamentos:
- ❖ Grupos de acompanhamento (professores, alunos, funcionários e Encarregados de Educação).
- ❖ Estudos das participações, resultados dos conselhos de turma disciplinares, da avaliação feita no final de cada período.
- ❖ Das práticas docentes:
- ❖ Grupos de acompanhamento (Conselho Pedagógico).

Estudo dos relatórios dos responsáveis dos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, das participações entregues pela Associação de Pais e Encarregados de Educação e das participações dos Representantes dos Encarregados de Educação da turma ao Diretor de Turma.

Nota

Conclusiva

VI. Nota Conclusiva

O Projeto Curricular pretende ser um meio facilitador da organização de dinâmicas de mudança que propiciem aprendizagens com sentido numa escola de sucesso para todos. O conceito de Projeto Curricular parte da crença de que a reconstrução do currículo nacional, para que se contemplem as situações e características dos diversos contextos, tem mais probabilidades de gerar intervenções educativas adequadas e induzir um processo formativo de melhor qualidade para todos os discentes.

Assim, entenda-se este Projeto Curricular como a forma particular segundo a qual, em cada contexto, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias, construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integrem o currículo para os nossos alunos em concreto.

É, igualmente, este Projeto um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa docente deste Agrupamento, tendentes a dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didática adequadas a um contexto específico.

De forma a otimizar a aplicabilidade deste Projeto Curricular, é importante que os professores, nos diversos níveis de escolaridade, conheçam as intenções dos objetivos da formação nos níveis que os antecederam e nos anos que se lhe vão seguir, bem como os conteúdos programáticos das áreas disciplinares a que se encontram ligados. Este trabalho, feito nos grupos disciplinares e nos departamentos curriculares, será um bom contributo para a organização do Projeto Curricular. Depois, ao nível da turma, caberá ao conselho de turma construir uma articulação, já não apenas no pressuposto de que determinado assunto foi ensinado e aprendido, mas sim que tenha em conta as situações reais dos alunos.

Indo ao encontro do que foi afirmado no parágrafo precedente, saliente-se que, para se avaliar internamente a implementação e o desenvolvimento deste Projeto, torna-se necessário:

- ❖ Verificar se as planificações anuais das disciplinas estão a ser cumpridas, de modo a respeitar o definido ao nível das competências e das aprendizagens a desenvolver.

- ❖ Analisar, através do processo de avaliação das aprendizagens do aluno, se se estão a adquirir as metas a cada disciplina.
- ❖ Avaliar, através de questionários a aplicar aos alunos, professores e encarregados de educação, o grau de satisfação relativo a diversos aspetos de organização e gestão do funcionamento do Agrupamento.
- ❖ Realizar um balanço final com carácter anual, com vista a proceder a alterações/adaptações que permitam corrigir/melhorar este Projeto.
- ❖ Tentar encontrar respostas para os novos desafios que vão sendo colocados.

A avaliação exterior, da responsabilidade dos Serviços Centrais do Ministério da Educação, poderá ser uma forma de, o professor por um lado e a Escola por outro, poderem apreciar mais corretamente os resultados do seu trabalho, tanto individual como coletivo, devendo servir para promover a reflexão conjunta e contínua.

Finalmente, importa realçar que o Projeto que agora se apresenta deve ser entendido como um documento que possa proporcionar uma visão global das diferentes situações de ensino/aprendizagem, assim como uma construção interdisciplinar e integrada dos saberes.

Bibliografia

- Aavv. (1992), A Educação em Portugal, Cadernos pedagógicos nº 3, Porto, Edições Asa.
- Aavv. (2000), Quatro Textos Excêntricos, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Barbier, J. M. (1996), Elaboração de Projetos de Ação e Planificação, Porto, Porto Editora.
- Barroso, J. (2000), Fazer da Escola Um Projeto, Lisboa, Educa.
- Broch & Cros (1992), Elaborar um Projeto Educativo de Escola: sim, mas como?, in Canário, R. *Inovação e Projeto Educativo de Escola*, Lisboa, Educa
- Canário, M. (1999), Construir o projeto educativo local: Relato de uma experiência, Cadernos de organização e gestão escolar, nº 10, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Cury, A. (2003), Pais Brilhantes, Professores Fascinantes, Lisboa, Pergaminho.
- Dias, A. (1998), Autonomia das Escolas, Um Desafio, Lisboa, Texto Editora.
- Diogo, F. (1998), Por um projeto educativo de rede, Cadernos pedagógicos nº 25, Porto Edições Asa.
- Figueiredo, C. C. & Góis, E. (1995), A Avaliação da Escola Como Estratégia de Desenvolvimento da Organização Escolar, Lisboa, IIE.
- INE, I.P. (2008), Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007, Lisboa, INE, I.P.
- Jares, X. (2002), Educação e Conflito - Guia de educação para a convivência, Edições ASA.
- Leite, C. (1999), Avaliação e Currículo, Braga, ANPLI
- Leite, C. (2000), Projeto Educativo de Escola, Projeto Curricular de Escola, Fátima
- Lemos, J. & Silveira, T. (2001), Autonomia e Gestão das Escolas, Porto, Porto Editora.
- Marques, R. (2003), Motivar Professores - Um Guia Para o Desenvolvimento Profissional, Lisboa, Editorial Presença.
- Morgado, J. (1997), A Relação Pedagógica, Lisboa, Editorial Presença.
- Morgado, J. (2003), Qualidade, Inclusão e Diferenciação, Lisboa, ISPA.
- Pombo, O. (2002), A Escola, a Reta e o Círculo, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Ribeiro, A. (1992), Reflexões sobre a Reforma Educativa, 3ª edição, Lisboa, Texto Editora.
- Roldão, M. do Céu, (1999), Gestão Curricular - Fundamentos e Práticas, Lisboa, DEB, Ministério da Educação
- Roldão, M. C. & Marques, R. (1999), Reorganização & Gestão Curricular no Ensino Básico - Reflexão Participada, Porto, Porto Editora.
- Sarmiento, M. (1993), A Escola e as Autonomias, Cadernos pedagógicos nº 9, Porto, Edições Asa.
- Urra, J. (2007), O Pequeno Ditador - Da criança mimada aos adolescentes agressivos, Lisboa, Esfera dos Livros.

- Varela de Freitas, C. (2001), Gestão Flexível do Currículo, Contributos Para Uma Reflexão Crítica, Lisboa, Texto Editora.
- Vasconcelos, F. (1999), Projeto Educativo, Teoria e Prática nas Escolas, Lisboa, Texto Editora.

Anexos

Anexo 1 - Metas das Áreas Disciplinares

Anexo 2 - Finalidades do Ensino Secundário